

TRABALHO DOCENTE, CARREIRA DOENTE: a privatização, a lógica produtivista e a mercantilização na e da educação e seus efeitos sobre os docentes

Alzira Mitz Bernardes Guarany¹

RESUMO - O presente artigo tem como objetivo discutir a questão do trabalho e do sofrimento no âmbito do trabalhador da educação, mais especificamente do docente da educação superior pública. (re)pensar o trabalho e o processo de trabalho docente no atual cenário: sob a mundialização do capital, a ofensiva neoliberal, e a reestruturação produtiva levando a derruição de direitos sociais conquistados, além do processo de mercantilização e produtivismo neste espaço que tem levado ao trabalho docente elementos estranhos à educação, como meritocracia, cumprimento de metas, avaliação quantitativa da ciência, entre outros. Esperamos que este material contribua para o debate sobre as estratégias de enfrentamento deste cenário. O produtivismo e a mercantilização no e do ensino superior público, tem alterado inclusive as relações entre os pares, na medida em que parece ter estimulado a concorrência intra e extra-institucional, aumentando ainda mais o sofrimento, os afastamentos, o adoecimento e até a morte.

Palavras-chave: trabalho docente; carreira; lógica capitalista.

Teaching, patient careers: a privatization, and marketization in the productivist logic and education and its effects on teachers

ABSTRACT - This article aims to discuss the issue of work and suffering under the worker's education, specifically the teaching of public higher education. (Re) thinking the job and the process of teaching work in the current scenario: on the globalization of capital, the neo-liberal offensive, and restructuring leading to dilapidation of social rights achieved, and the process of commodification and productivism in this space that has led to work elements foreign to the teacher education as a meritocracy, achievement of goals, quantitative assessment of science, among others. We hope this material will contribute to the debate on strategies to cope with this scenario. The productivism and the commodification of higher education and the public have also changed the relationship between the couple, as it seems to have stimulated the intra and extra-institutional, further increasing the suffering, the absences, illness and even death

Keywords: teaching; pursuit; capitalism logic.

¹ Doutoranda e Mestre pela ESS/UFRJ; professora de Pós-Graduação Lato Sensu e Graduação em Serviço Social da UVA/RJ.

Introdução

O termo trabalho em sua origem latina significa *tripalium*, instrumento que tanto podia significar uma ferramenta de arado de tração animal como igualmente um instrumento de tortura. Sofrimento sempre esteve associado ao trabalho, não só na representação semântica ou social, como também em sua dimensão real, já que se faz presente desde épocas imemoriáveis.

Na sociedade moderna trabalho e sofrimento continuam associados, em verdade esta associação está mais presente no trabalho manual do que no intelectual, pois nas sociedades capitalistas o primeiro tem como características ser empobrecido, fragmentado, sem conteúdo e desassociado da dimensão realizadora. Enquanto o trabalho intelectual esteve, de certa forma, preservado desta concepção o sofrimento não estava associado a ele, mas cenário vem mudando na era da mundialização do capital, que expande a lógica capitalista para os serviços sociais, como educação e saúde, transformando estes em mercadorias e estabelecendo o controle de seus trabalhadores e de sua “produção”.

A profissão de docente, como a conhecemos hoje², surge dissociada do labor, isto é, ela não era vista como uma atividade laboral, com uma determinada função social e objetivo determinados pela classe dominante, e com um

² Em verdade a história da atividade que envolve aprender e ensinar acompanha a história da humanidade. Nos primórdios, ainda na Grécia antiga, a escola, nome que vem do grego *scholé* e que significa “lugar do ócio”, dava educação informal pois as pessoas iam para lá em seu tempo livre. Era um espaço no qual a atividade era a de refletir e surge por iniciativa de diferentes filósofos e cada uma valorizava uma área do conhecimento. Mas as escolas, bem como o trabalho docente similar ao que conhecemos hoje só surgiram por volta do século XVIII.

processo de trabalho submetido à lógica mercantilista, mas sim associada à vocação. Panorama que se modifica na era do capitalismo monopolista e da financeirização da economia e se agrava com a ofensiva neoliberal, experimentando hoje uma grande perda do reconhecimento social da profissão, bem como um estrutural enfraquecimento do seu movimento trabalhista. Tudo isto parece que vem conformando um cenário no qual o sofrimento passe a fazer parte da rotina do professor.

A Constituição promulgada em 88 garantiu à sociedade brasileira o reconhecimento de direitos sociais há muito reivindicados pelos movimentos sociais e pelos trabalhadores, mas este cenário muda com a adesão brasileira aos princípios defendidos pelos órgãos financeiros internacionais no Consenso de Washington e marca a submissão do Brasil à lógica neoliberal, que vai se traduzir em uma violenta ofensiva contra estas conquistas, dentre elas a educação pública e universal e o reposicionamento do Estado diante do espaço público, impactando estruturalmente a educação e seus trabalhadores. Passam a conformar este cenário a desqualificação da educação, o desmonte dos seus equipamentos sociais, a precarização das condições de trabalho, a flexibilização das relações de trabalho dos professores bem como na falta de investimentos nesta área, além da entrada da lógica mercantilista no espaço público e do incremento à educação realizada pelas instituições privadas.

A educação pública passa a ser educação pobre para pobre³, pois aqueles que podem pagar por um serviço de qualidade recorrem à educação privada, que passa a receber incentivo do Estado, entre eles a própria Lei de Diretrizes e Bases de 93, lei máxima da educação e os programas desenvolvidos desde então, como o Programa Universidade para Todos-PROUNI, entre outros.

Todos estes elementos acabam por trazer para o universo docente o sofrimento associado e causado pelo trabalho. O docente passa a experimentar a dualidade do trabalho desenvolvido dentro da lógica mercantilista, na qual o trabalho deixa de ser uma práxis produtiva capaz de desenvolver o homem e a realizar seu potencial humano e passa a desenvolver seu trabalho como se produzisse uma mercadoria e submetido ao controle, à mecanização e à metas de produtividade que em nada lembra um trabalho realizador! O que havia acontecido ou estaria acontecendo com a sociedade moderna que transmutou o trabalho em geral e o trabalho docente em particular em máquina de morrer?

Educação e Trabalho na Sociedade Capitalista

O verbete educação segundo o Aurélio significa “Ato ou efeito de educar; Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano; ou ainda civilidade, polidez” (Holanda, 1993, p. 197), mas se nos detivermos ao rumo que a educação tem tomado no mundo capitalista e mais especificamente no

³ Segundo a reflexão de Netto (1999), a focalização das políticas sociais é uma estratégia de fragilização e precarização, cuja característica se torna pobre políticas sociais para os pobres.

Brasil, perceberemos sem demora que há formas de educar qualitativa e quantitativamente diferentes. Formas estas que mudam conforme a época histórica, a localidade, a cultura, as condições socioeconômicas, entre outros elementos que conformam este ato ou efeito de educar conforme prega o dicionário.

A educação não pode ser tomada pela simples definição do vocábulo, mas sim como uma práxis humana, historicamente determinada pela produção e reprodução social e resultante da correlação de forças que se encontram em disputa no macro e no micro cenário social. Entendê-la assim e como resultado da correlação de forças em disputa, nos facilita perceber o porquê, na sociedade capitalista, existe a subordinação das práticas educativas aos interesses do capital.

Desde a emergência do capitalismo a educação passou a ser um elemento fundamental para sua permanência e fortalecimento enquanto lógica dominante, utilizado pela classe dominante, para garantir, viabilizar e facilitar sua permanência enquanto dominante. Seja perpetuando e aprofundando a desigualdade, ou como difusora de ideologias⁴. O que acaba gerando uma prática dualista, ou de

⁴ Cabe destacar que esta não é uma visão simplista nem maniqueísta. A escola assim como a sociedade de uma maneira geral é um espaço contraditório, no qual há luta de interesses e correlação de forças; e que em verdade antes mesmo da ascensão da burguesia ao poder, já encontrávamos pensadores em disputa quanto aos rumos que deveriam ser dados à educação de um povo. Enquanto Voltaire em 1757 recomendava ao rei da Prússia não dar acesso à educação para todos, já que para a manutenção da ordem o povo deveria ser guiado e não instruído, conforme aponta Frigotto (2010), tínhamos também Diderot na mesma época defendendo o acesso a todos à educação. Ou ainda Destutt de Tracy que defendia ser natural a existência de dois tipos de educação, uma voltada para a classe trabalhadora e outra para os filhos dos governantes. O que nos mostra que a área da educação foi e é uma área de disputa.

universalização dualista, na medida em que passam a coexistir dois tipos de educação, ou de escola: aquela que tem como objetivo disciplinar e adestrar os trabalhadores, formando-os aptos para se submeter às regras da sociedade e do mercado, e a educação voltada para os herdeiros das classes dominantes.

Houve momentos do capitalismo, principalmente na Europa, que o capital amargou algumas derrotas nos rumos que gostaria de dar à educação, nos quais a função social da educação pôde ser também a de formação humana e não somente a de formação de força de trabalho para o mercado. Neste período registramos massificação e elevação dos níveis de escolaridade, mas que o decorrer dos anos e das seguidas crises capitalistas, bem como as estratégias de enfrentamento destas e a mudança da correlação de forças fez com que se retornasse ao eixo voltado para o mercado.

O cenário mundial é marcado hoje por uma era de grande avanço tecnológico, possibilitando a satisfação de todas as necessidades materiais humanas e fornecendo ao homem possibilidade de ter mais tempo livre, mas é também pontuado por uma estrutural desigualdade no acesso aos bens produzidos e à satisfação das necessidades materiais, bem como o tempo livre é sugado pela mais-valia relativa. A educação acaba sendo coadjuvante neste processo na medida em que apoia esta lógica. Em 1998 a UNESCO na Conferência Mundial sobre Educação Superior, apresentou propostas muito próximas daquelas emitidas pelo Banco Mundial em 1994. O documento reafirma, entre outras coisas, a necessidade de integração entre educação e a esfera produtiva, com a adequação

dos países à lógica de reordenamento mundial do capital; as diretrizes de financiamento privado como base para a produção de conhecimento; a fundamental diversificação das IES, com a flexibilização do contrato do trabalho docente e da formação profissional (UNESCO, 1999). Diretriz esta que já era apontada na Lei de Diretrizes e Bases - LDB de 1996⁵.

Educação, educação superior e trabalho no capitalismo brasileiro

O verbete educação segundo o Aurélio significa “Ato ou efeito de educar; Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano; ou ainda civilidade, polidez” (Holanda, 1993, p. 197), mas se nos detivermos ao rumo que a educação tem tomado no mundo capitalista e mais especificamente no Brasil, perceberemos sem demora que há formas de educar qualitativa e quantitativamente diferentes. Formas estas que mudam conforme a época histórica, a localidade, a cultura, as condições socioeconômicas, entre outros elementos que conformam este ato ou efeito de educar conforme prega o dicionário.

A educação não pode ser tomada pela simples definição do vocábulo, mas sim como uma práxis humana, historicamente determinada pela produção e reprodução social e resultante da

⁵ A LDB de 1996 enquanto política pública de educação, mesmo tendo emergido em meio à forte debate democratizante, sofreu duros golpes de conservadores, neoconservadores e atores sociais de fora do cenário da educação, e é considerada hoje pela vanguarda na educação como um arremedo do que se queria em termos de educação democrática e libertadora para o Brasil. Traduz um enfraquecimento da escola pública e incentiva o privatismo e o mercantilismo na educação, mantendo a característica de universalidade dualista da educação brasileira.

correlação de forças que se encontram em disputa no macro e no micro cenário social. Entendê-la assim e como resultado da correlação de forças em disputa, nos facilita perceber o porquê, na sociedade capitalista, existe a subordinação das práticas educativas aos interesses do capital.

Desde a emersão do capitalismo a educação passou a ser um elemento fundamental para sua permanência e fortalecimento enquanto lógica dominante, utilizado pela classe dominante, para garantir, viabilizar e facilitar sua permanência enquanto dominante. Seja perpetuando e aprofundando a desigualdade, ou como difusora de ideologias. O que acaba gerando uma prática dualista, ou de universalização dualista, na medida em que passam a coexistir dois tipos de educação, ou de escola: aquela que tem com objetivo disciplinar e adestrar os trabalhadores, formando-os aptos para se submeter às regras da sociedade e do mercado, e a educação voltada para os herdeiros das classes dominantes.

Houve momentos do capitalismo, principalmente na Europa, que o capital amargou algumas derrotas nos rumos que gostaria de dar à educação, nos quais a função social da educação pôde ser também a de formação humana e não somente a de formação de força de trabalho para o mercado. Neste período registramos massificação e elevação dos níveis de escolaridade, mas que o decorrer dos anos e das seguidas crises capitalistas, bem como as estratégias de enfrentamento destas e a mudança da correlação de forças fez com que se retornasse ao eixo voltado para o mercado.

O cenário mundial é marcado hoje por uma era de grande avanço tecnológico,

possibilitando a satisfação de todas as necessidades materiais humanas e fornecendo ao homem possibilidade de ter mais tempo livre, mas é também pontuado por uma estrutural desigualdade no acesso aos bens produzidos e à satisfação das necessidades materiais, bem como o tempo livre é sugado pela mais-valia relativa. A educação acaba sendo coadjuvante neste processo na medida em que apoia esta lógica. Em 1998 a UNESCO na Conferência Mundial sobre Educação Superior, apresentou propostas muito próximas daquelas emitidas pelo Banco Mundial em 1994. O documento reafirma, entre outras coisas, a necessidade de integração entre educação e a esfera produtiva, com a adequação dos países à lógica de reordenamento mundial do capital; as diretrizes de financiamento privado como base para a produção de conhecimento; a fundamental diversificação das IES, com a flexibilização do contrato do trabalho docente e da formação profissional (UNESCO, 1999). Diretriz esta que já era apontada na Lei de Diretrizes e Bases - LDB de 1996.

Educação, educação superior e trabalho no capitalismo brasileiro

No Brasil esta relação entre educação e mercado, bem como o caráter dualista universal da educação assume tons mais dramáticos e perversos. Foi apenas na década de 30 do século passado que o Brasil criou um sistema nacional de educação, mas foi somente a partir de movimentos que emergiram nas décadas de 50/60 que a sociedade brasileira, mais especificamente alguns grupos organizados de vanguarda, colocou em pauta a necessidade de

reformas de base, com o objetivo de ter uma postura menos submissa aos países centrais, com uma direção mais democrática no âmbito da educação, e que culminou com a Constituição de 1988 que garantiu a educação como direito social e promoveu o acesso universal. Mesmo assim, somente no ensino fundamental.

Os anos 80/90 entram para a história como momento no qual a ofensiva neoliberal avança em escala mundial, buscando vencer mais uma crise do capitalismo, amplia as margens de lucro e favorece a maximização do capital se espalhando por áreas até então preservadas, como a educação. Já marcada pela universalização dualista o debate na área de educação incorpora claramente o objetivo de atendimento ao mercado e de formação de força de trabalho⁶, mas com uma demanda diferenciada do se tinha até então: se até aqui este binômio educação e mercado era marcado pelo aprender fazendo, isto é, a prática, a execução e o manejo, com a entrada da tecnologia há outro demanda para a educação: a exigência de novas requisições no trabalho e de um novo perfil de trabalhador, com uma formação abstrata, que acople diversos saberes e polivalência. Para responder a esta necessidade colocada pelo capitalismo flexível e

⁶ Esta tendência começa a aparecer com a criação das Escolas técnicas e agrícolas ainda na década de 40 e com o complexo educacional do Sistema S (SENAI e SENAC), mas se materializa nos anos 90 com praticamente toda rede de ensino médio público oferecendo cursos profissionalizantes. Há ainda iniciativas como as do IEL que ganharam apoio de outras iniciativas como a Fundação Bradesco, que passaram também a buscar defender a parceria do Estado e da iniciativa privada com o objetivo de implantar na educação critérios dos meios organizacionais, tais como a qualidade total, a competitividade, produtivismo, levando para dentro de espaços de serviços sociais públicos, como a educação a lógica do mercado no ensino superior também.

pelo toyotismo a educação precisa ser polivalente, generalista e capaz de assumir diversas tarefas ao mesmo tempo.

No âmbito econômico os temas passam a ser participação, qualidade total, trabalho em equipe, flexibilidade, empregabilidade, e no campo da educação (que lhe dá apoio) as teorias estão voltadas para a pedagogia da qualidade, multi-habilitação, policognição, formação abstrata. Tudo isto sob um discurso de modernidade, levando em verdade à revitalização da teoria do capital humano⁷. A ofensiva neoliberal revisita e requalifica os princípios desta teoria, só que com justificativas mais sociais, segundo Frigotto (2010b), defendendo a valorização da educação básica geral para formação de trabalhadores com capacidade de abstração, isto é, com vistas a atender às necessidades da gestão do trabalho flexível sob o capitalismo transnacional.

Diante dos avanços da Constituição de 88, o capitalismo engendra novas táticas, e hoje, como diz Lettieri, “O capitalismo [...] não recusa o direito à escola: o que ele recusa é mudar a função social da escola”. (Lettieri, 1980, p. 202). A educação entra no século XXI com um aumento de mais de 100% de alunos matriculados, o aumento da participação privada

⁷ A teoria do capital humano, de Theodoro Schultz, que lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia de 78 defendia que a grande desigualdade que o capitalismo monopolista apresentava tinha relação direta com a falta de investimento na educação, e pregava que com grande aporte nesta área, o país poderia preparar e capacitar com qualidade a força de trabalho, o que alavancaria o crescimento e o desenvolvimento do país. Baseava-se em princípios positivistas e seguia postulados da teoria econômica marginalista aplicadas à educação. Na verdade é uma apologia à sociabilidade burguesa, escondendo, escamoteando e falseando a realidade e suas reais intenções de manter alienada a consciência da classe que vive do trabalho.

no oferecimento de cursos superiores, diversas formas de acesso ao ensino superior, universidades corporativas e uma imbricação cada vez maior entre mercado, as escolas e as Instituições de Ensino Superior - IES. As políticas públicas da educação, aquelas forjadas antes da crise de 70 e as de cunho neoliberal contemporâneas⁸ apoiam e dão suporte para que cada vez mais a educação mantenha-se funcional ao mercado e ao fortalecimento do capitalismo e a sua lógica mercantilista.

Mesmo tendo obtido êxito e dominância na educação até os dias de hoje, a vertente que prega o adestramento do trabalhador através da educação, passou a enfrentar resistência no âmbito dos estados e municípios, na medida em que a promulgação da Constituição em 88 garante políticas mais democráticas nas instâncias municipal e estadual, mas também no ensino superior, já que a garantia da democratização do processo educacional se dá através do forte movimento organizado docente e discente que participam ativamente dos debates sobre os rumos da educação superior pública, assim como tentam intervir nele. A despeito desta resistência, as universidades públicas incorporaram o discurso organizacional da qualidade total sem considerar que qualidade é esta. Bianchetti e Machado in Fidalgo (2009)

⁸ Entre elas podemos citar as que apoiaram a direção tecnicista da educação (criando o Instituto Militar de Engenharia - IME e o Instituto de Tecnologia Aeronáutica - ITA, por exemplo), mais recentemente o Programa de Universidade para Todos - ProUni e o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, ambos tendo como objetivo facilitar ao estudante o acesso ao ensino superior privado, através de bolsas e financiamentos dados pelo Estado. Temos também as políticas dos órgãos de fomento às pesquisas que adotando a lógica organizacional, estabelecem metas, meritocracia e competição na Academia.

fazem um breve debate sobre as consequências deste tipo de direção, apontando inclusive que há muitas produções inócuas ou repetidas na lógica do produtivismo intelectual, ou ainda que com este cariz, perde-se na Academia a postura intelectual crítica e mais construtiva, efeitos nefastos da lógica produtivista da Universidade pública hoje que se apóia nas políticas de fomento ao ensino e à pesquisa.

Ao mesmo tempo em que a correlação de forças na educação brasileira permitiu a universalização do acesso⁹ à escola e ao aumento médio da escolaridade¹⁰, estes vem acompanhados da desqualificação da educação, na medida em que há neste cenário a precarização das condições nas quais a educação se dá, há a fragmentação do trabalho docente e uma desqualificação dos conteúdos ministrados. O que num primeiro exame aparece como ganho do movimento crítico e democrático da educação, em verdade aparece como funcional ao atual momento do capitalismo transnacional, na medida em forma um exército industrial de reserva mais qualificado e pronto para assumir funções que requerem conhecimentos especializados, conforme aponta Frigotto

⁹ A análise histórica do acesso ao ensino superior mostra que entre os séculos XVI até início do XX o processo seletivo ocorria dentro da própria instituição, que ao final demonstrou ser ineficiente diante da demanda, o que levou a, já no séc. XX, adoção de um processo com vistas à contenção, o exame seletivo, que durou até a década de 40, tendo sido substituído em 50 pelo que Frigotto (2010a) chama de seleção entre muitos, exigindo um refinamento do exame vestibular e a necessidade de se criar órgãos com a tarefa de repensar os processos de acesso e seleção às Universidades. O censo de 2010 dá conta que passamos de pouco mais de 3.000.000 de alunos matriculados em 2001 para 6.379.299 em 2010.

¹⁰ Conforme registra Frigotto (2010a) há no Brasil menos de 20% das crianças em idade escolar fora das escolas nos grandes centros urbanos da região sul, sudeste e centro-oeste.

(2010a), mas sem ter uma educação com vistas à emancipação, sem senso crítico.

Mesmo garantindo que uma parcela maior da população tenha acesso ao ensino superior através de novas políticas públicas como o vestibular unificado, ao sistema de cotas, entre outros, o processo de desqualificação desta educação ocorre em paralelo, marcada pela supremacia do método e das técnicas em detrimento ao conteúdo e acompanhada da desqualificação do trabalhador da educação, em especial do docente que vê entrar em seu processo de trabalho elementos como produtividade e eficiência, como se sua produção pudesse e devesse ser medida. Conforme afirma Saviani

[...] de modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. [...] Buscou-se planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem por em risco sua eficiência. [...] Daí, também, o parcelamento do trabalho pedagógico com a especialização das funções [...] (apud FRIGOTTO, 2010a, p. 192)

Como também aponta Singer,

“[...] a base da pirâmide é expandida ao máximo (podendo) até incluir toda população no grau mínimo de escolaridade obrigatória. Ao mesmo tempo [...] nada tem de igualitário e [...] é essencialmente seletivo. Entre a base e altura da pirâmide tem que haver tal proporção que apenas uma fração ‘adequada’ da clientela possa alcançar os estágios mais altos” (apud FRIGOTTO, 2010a, p. 197/198).

Sendo o Provão e hoje o Exame Nacional Ensino Médio – ENEM exemplos estas políticas. Aqueles que obtêm conceitos melhores (em sua maioria vinda de escolas privadas) vão para as IES públicas, os outros são destinados às instituições privadas.

A função social assumida pela educação superior também caminha no sentido de formação de força de trabalho para o mercado, mas uma mão de obra superespecializada, permitindo inclusive que esta força de trabalho regule o mercado, funcionando como um exército industrial super qualificado de reserva. Isto ocorre porque a universalização do acesso forma mais profissionais do que realmente o mercado precisa, pelo próprio incremento à educação superior privada¹¹, já que a instância pública não conseguia e ainda não consegue responder com rapidez às necessidades do capital e do mercado, e ainda pelo interesse econômico que a área de educação passou a despertar, na medida em que, conforme aponta Siqueira (2004), a educação movimentou cerca de dois trilhões de dólares por ano, atraindo a iniciativa privada que busca espalhar-se para todas as áreas que possa garantir a maximização dos lucros.

A despeito da crescente desqualificação do ensino superior em diversos aspectos já apontados anteriormente, a educação superior nas últimas décadas no Brasil não transcorreu exatamente como queria os postulados burgueses¹². Em verdade o ensino superior público, mais especificamente as universidades

¹¹ Crescimento este estimulado como vimos anteriormente pela LDB (1996), que em seu artigo 3º permite a coexistência das instâncias públicas e privadas no ensino assim como lei anterior datada de 75 que dava incentivos à empresas que investissem em escolas privadas e hoje em universidades corporativas.

¹² Dahmer (2007) aponta que o interesse da iniciativa privada na educação não ocorreu sem que houvesse uma reação a isto. Através de articulações – principalmente da União Européia – grupos defensores da educação enquanto direito social se mobilizaram. Tivemos ainda em 2003 um abaixo-assinado internacional pela retirada da educação do Acordo Geral sobre Comércio em Serviços – AGCS, mas que teve pouco efeito prático, tendo vencido a tendência mundial da educação tornar-se mais uma esfera produtora de lucro.

públicas tornaram-se campos de disputa entre as forças reacionárias que defendem a educação aliada ao mercado e as forças progressistas que propagam o uso da educação como força para a transformação social, tendo este último garantido algumas vitórias, mas também computado perdas importantes, como aquelas relativas às condições e às relações de trabalho dos docentes¹³.

A ofensiva neoliberal tem forte protagonismo na desqualificação dos direitos à educação garantida na Constituição de 88, com o desmonte dos seus equipamentos sociais, com a precarização das relações de trabalho dos docentes, através de novos contratos precários de trabalho, bem como por introduzir a lógica da produtividade na carreira docente, o avanço da pesquisa aplicada e da investigação tecnológica, a adoção da meritocracia em detrimento da cooperação no ensino e na produção de conhecimento pelo ensino superior, provocando, por conseguinte forte e nefasto rebatimento na saúde do docente em geral e do docente do ensino superior em particular. É neste cenário que temos assistido a deterioração da carreira docente e de sua saúde¹⁴.

¹³ Recentemente foi aprovada no Congresso Nacional (Fevereiro de 2012) a criação de um fundo de previdência para os servidores públicos, inclusive os professores, lhes tirando o direito garantido pela lei 8.112 de 12/11/90 a aposentadoria integral. Mais uma investida contra os servidores públicos em geral e os docente das IES públicas em particular.

¹⁴ Há muitos trabalhos sobre a situação de saúde e adoecimento de professores dos ensinos fundamental e médio, mas quase nenhum dos docentes de ensino superior. Nóvoa (1999) e Esteve (1999) denominam de "mal-estar docente" o fenômeno decorrente dessa mudança na política educacional, o qual se relaciona ao ambiente profissional do professor, estando presentes deficiências nas condições de trabalho, falta de recursos humanos e materiais, violência nas salas de aulas e esgotamento físico. Esse quadro favorece significativo desgaste biopsíquico do educador, produzindo, segundo Rocha e Sarrierra (2006), um deslocamento do perfil das

Trabalho Docente, Carreira Doente

Até o século XVIII a função docente ficou a cargo da Igreja, e foi somente na segunda metade desse século que ocorrem mudanças significativas, quando o Estado assume a responsabilidade da educação e o trabalho docente torna-se uma profissão. A despeito desta mudança o professor continua a gozar de privilégios, qualificação, reconhecimento social e autonomia, situando-se no campo de trabalho como trabalho intelectual, sem perder as origens religiosas.

Se até meados do século XX a carreira de professor mantinha-se de certa forma distante da lógica capitalista, pois tinha como maior empregador o Estado-Providência, a imposição de um Estado mínimo pelo neoliberalismo, faz com que cheguemos ao final deste século com a desqualificação da atividade docente e do próprio docente que sofre pela perda crescente da autonomia, pelo baixo reconhecimento social, e por ter consciência de que o produto do seu

doenças relacionadas ao trabalho, destacando-se na atualidade, doenças como hipertensão arterial, doenças coronarianas, distúrbios mentais, estresse e câncer, dentre outras. Em recente pesquisa, Oliveira (2006) também aborda esse "mal-estar docente", revelando como resultado desse processo manifestações como desinteresse, apatia, desmotivação e "sintomas psicossomáticos": angústia, fobias, crises de pânico, o que parece caracterizar sintomas da síndrome de burnout, conforme apontam Carlotto (2002), Reis e colaboradores (2006), Oliveira (2006) e Tavares e colaboradores (2007). Outras pesquisas (Bosi, 2007; Mancebo et al., 2007; Araújo et al., 2005; Gasparin et al., 2005; Leite et al., 2003; Carvalho, 1995) apontam para a precarização do trabalho do professor universitário, evidenciada pela desvalorização da imagem do professor, baixos salários, intensidade de exposição a agentes de risco, carência de recursos materiais e humanos, aumento do ritmo e intensidade do trabalho. Todas estas situações configuram fatores psicossociais do trabalho que podem gerar sobrecargas de trabalho físicas e mentais que trazem conseqüências para a satisfação, saúde e bem-estar dos trabalhadores (Martinez, 2002).

trabalho está muito aquém do que ele, docente, sabe ser capaz de produzir. A própria desvalorização salarial que sofre a categoria é retrato da desvalorização do professor que se sente desconsiderado pelo Estado e pela própria sociedade.

O processo de universalização do acesso à educação vem acompanhado por um processo de desqualificação da educação e do trabalhador desta área, da carreira docente. Se até os anos 60 e em alguns países até um pouco depois, ser professor era considerado um trabalho de prestígio e socialmente valorizado, chegamos ao fim do século XX com um quadro totalmente diverso: ser professor hoje é considerado uma tarefa menor, com baixos salários, poucas chances de crescimento profissional e de baixa procura pelos jovens. Números divulgados por um relatório da UNESCO em 2009, comparados àqueles referentes ao ano de 1997, contido no artigo de Castro (2001), mostram que em 12 anos houve uma queda de 35% aproximadamente no número de professores no Brasil.

Neste cenário, o trabalho docente é igualado ao trabalho de um operário, fragmentado e empobrecido, sofrendo ainda os efeitos dos avanços tecnológicos¹⁵. Inserindo no processo de trabalho docente elementos até então estranhos a ele: como produtividade, eficiência e mecanismos de controle, tornando-o um processo

¹⁵ A revolução tecnológica na educação produz entre outros efeitos (alguns muito positivos) falta de barreiras entre o tempo de trabalho e o tempo de descanso, gerando sobrecarga e sofrimento. Cabendo a cada um (mais uma vez a saída individual) colocar limite a esta investida. Em dezembro de 2011 foi aprovada no Brasil a Lei 12.551 que regulamenta o uso de tecnologias pelo trabalhador possibilitando o trabalho remoto, ou seja, aquele em casa ou à distância, usando computadores, telefones, celulares e smartphones, sob pena deste ser computado como horas de trabalho extras.

de trabalho parcial, esvaziado, sem conteúdo como se fosse um trabalho operacional e não intelectual, e determinando a queda na qualidade de vida no trabalho, com forte reatamento na saúde do trabalhador.

Este esvaziamento, que decorre da divisão sóciotécnica do trabalho e é própria do sistema capitalista de produção, atinge agora a educação, e é funcional ao capital na medida em que a atividade docente passa a poder ser medida pelo quanto produz e a ser mais valorizada pelas técnicas e tecnologias que utiliza do que pelo conteúdo que passa, respondendo a uma visão tecnicista e economicista da educação. Essa pedagogia defende a neutralidade científica e se inspira na racionalidade, procurando fazer com que o processo educacional seja mais objetivo e operacional.

Não é em vão que temos assistido ao crescimento vertiginoso da Educação à Distância – EAD no mundo, e em particular no Brasil¹⁶ que, sendo formada por pacotes de ensino preparados por especialistas, na qual o que mais se valoriza é a forma através da qual é veiculado, a tecnologia utilizada, do que o próprio conteúdo e os profissionais envolvidos no processo. Sob o discurso de que através dela está se promovendo a democratização da educação, em verdade o que está por trás são interesses mercantilistas, já que

¹⁶ Segundo o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância de 2007, entre 2004 e 2006 o Brasil teve um crescimento maior que 100% em alunos matriculados no EAD, saindo de 309.957 em 2004 e passando a 778.458 em 2006!!!! Em quantitativo de instituições que oferecem este tipo de curso, passamos de 13 em 2000 para 255 em 2004! Movimento este estimulado pela própria LDB de 96 que em seu artigo 80 consta “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” (LDB 1996)

possibilita a captação de mais alunos e o custo deste é muito mais baixo do que aquele aluno presencial. Além do que as relações de trabalho que estão por trás da EAD são relações precárias, já que utilizam monitores e não professores¹⁷.

Todos estes elementos levam a hoje o ensino superior ter presente em seu cenário a produtividade, a privatização e a mercantilização. Políticas públicas incentivam o docente das IES públicas a produzir, vinculando parte do salário docente ao alcance de metas, estimulando a adoção de uma postura produtivista. O que antes era consequência de um trabalho¹⁸ passa a ser o fim, assume o valor de troca e não mais de uso.

Como manter a saúde em um ambiente no qual as mudanças apontam para a inserção de elementos que desqualificam cada vez mais o trabalho docente¹⁹. E ainda mais cruel é que as estratégias de luta e de manutenção da saúde mental e física dos docentes acabam apontando para a esfera individual e de sobrevivência e não mais para o alcance do nível ótimo, do ideal, da transformação social. Como afirma Kuenzer e Caldas in Fidalgo (2009) hoje: “[...] em vez de lutar pela realização de um trabalho mais criativo, luta-se por um tempo para simplesmente descansar [...]” (Fidalgo, 2009, p. 36). As estratégias terminam por se forjar baseadas em possibilidades ou decisões individuais,

¹⁷ Agravado este cenário pelo fenômeno, já descrito anteriormente neste trabalho, da mão de obra formada através deste processo se constituir num exército industrial de reserva superespecializado.

¹⁸ Produção de artigos, divulgação de dando conta de pesquisas, divulgação de dados, etc.

¹⁹ Cabe destacar que os fatores que concorrem para a saúde do docente divergem conforme o nível ao qual ele está vinculado. Como o a intensificação do trabalho, ou a necessidade de ter mais de um vínculo empregatício por exemplo, ou ainda a necessidade de produzir artigos científicos, entre outros.

dificultando mais ainda a retomada da carreira de docente enquanto uma carreira decente e investindo contra o movimento organizativo dos docentes que ainda tem força. O sofrimento do professor, as doenças do professor, seja de qualquer nível de ensino, têm de ganhar visibilidade, alcançar o debate coletivo, pois não ser (re)conhecido pela sociedade como adoecido pelo trabalho e não por fraquezas ou limitações pessoais, reforça mais ainda o aspecto individual deste sofrimento e o mantém num nível que acaba sendo funcional para a manutenção do status quo.

Mesmo tendo promovido certo ganho quantitativo e até qualitativo²⁰, a atenção à produtividade de artigos acadêmicos e científicos, trouxe também consigo a lógica das corporações, que tem gerado consequências devastadoras para a saúde do professor. Mesmo diante disto, se faz necessário um debate coletivo que deva se fazer sobre os critérios e a custa de que se têm conseguido estes índices. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, como condição de financiamento e avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação estipula metas a serem por eles, sem levar em consideração as suas áreas do saber! Como se através de um único critério pudesse medir uma pesquisa das ciências exatas e uma das ciências sociais! O resultado de má pesquisa envolvendo elementos químicos pode ser de horas, envolvendo pessoas pode levar anos...

²⁰ A despeito disto, Bianchetti e Machado chamam a atenção para os fatores positivos deste novo cenário e entre eles podemos citar a posição que hoje o Brasil ocupa na produção de conhecimento científico, entre outros.

Ter perdido reconhecimento social, ter sofrido com regressão salarial, ter seu ambiente de trabalho degradado, assistir o movimento organizado de sua categoria perder força, deixar causas qualitativas e passar a lutar pelo mínimo, ver a individualização das lutas, perder autonomia diante do processo de trabalho, ser obrigado a cumprir metas que não condizem com qualidade, mas como quantidade são exigências que hoje fazem parte da rotina de um docente e com a qual muitos não convivem sem apresentar certo sofrimento e até adoecimento e por isso.

Conclusão

A consolidação de direitos sociais no Brasil é tida pela opinião pública e reforçada pelo Estado como sendo resultantes de concessões e benesses das classes dominantes, e não como fruto de lutas empreendidas pela classe que vive do trabalho. Foi assim na unificação da Previdência ocorrida na ditadura civil-militar, na criação do sistema nacional de ensino, sob a necessidade do capitalismo da época, na consolidação das leis referentes ao trabalhador, realizada sob a ditadura varguista, entre outros. Estas conquistas são fruto do movimento organizado da sociedade civil e dos trabalhadores, encampado pelo Estado, porta-voz da classe dominante. Daí talvez a dificuldade de percebermos as crises, as contradições e os conflitos que vivemos como sendo próprios das sociedades capitalistas. O próprio sistema intelectual reinante na modernidade estimula este cisma, bem como o desenraizamento, como aponta Frigotto (2010b), desconectando-o de suas raízes.

O século XXI emerge como a era da sociedade de mercadorias e todas as contradições que daí decorre. Vivemos num momento histórico no qual mais do que nunca as inovações tecnológicas nos permitem atender às nossas necessidades materiais básicas sem precisar de muito tempo para produzi-las, mas em contrapartida o tempo restante da produção é capturado pelo capital e nem todos tem acesso ao consumo destes bens. O homem hoje está mais preso ao capital e mais carente também...

As indústrias do conhecimento e a cultural emergem como grandes forças produtivas, recebendo aportes do grande capital, promovendo a desterritorialização de costumes, valores, gostos, hábitos e do próprio homem. O conhecimento passa a ser produzido em blocos e vendido como mercadoria e os “produtores” destas mercadorias, os docentes, vêem elementos antes estranho a sua atividade agora fazerem parte de sua rotina como a produtividade. Mesmo ainda mantendo certo grau de autonomia²¹, o trabalho docente sofre as consequências da reestruturação produtiva e da desresponsabilização do Estado em suas obrigações. A educação passa a produzir não só valor de uso, mas também de troca, o docente perde o controle sobre seu trabalho, assim como o poder de tomar decisões sobre ele.

As necessidades de transnacionalização do capital, buscando a maximização dos lucros buscam novas áreas nas quais possa se expandir. Se nas esferas privadas os professores vendem sua força de trabalho, sendo colocados como professores horistas, produzindo mais valia

²¹ Nas IES públicas este grau é bem maior do que nas privadas.

relativa e absoluta para seu empregador, nas esferas públicas a lógica capitalista tem se traduzido no desaparecimento da educação, na desresponsabilização do Estado também na educação, na intensificação do trabalho e na precarização das relações de trabalho.

Elementos próprios do processo de produção passam a integrar a rotina dos professores de IES privadas e também das públicas como metas de produtividade, meritocracia, competitividade²², limitação ao uso da autonomia e da criatividade, entre outros, causando forte impacto nas relações aí estabelecidas e na saúde do docente. O sofrimento que passam a experimentar se materializa de diversas formas: aposentadorias precoces, afastamentos por doença²³, desistência²⁴ e rompimento do compromisso diante da carreira, pois o professor passa a viver entre o que pode fazer e aquilo que consegue fazer numa realidade cada vez mais precária, ele passa a se mover entre o trabalho (que deveria ser realizador, compensador e levar à transformação social) e a mercantilização de suas atividades.

²² Bianchetti e Machado in Fidalgo (2009) dão conta de que quando os Programas de Pós-Graduação começaram a surgir no Brasil havia um clima de solidariedade interinstitucional e intra-áreas do conhecimento numa mesma IES, o que acaba com as novas determinações dos órgãos de fomento e apoio à pesquisa e de avaliação dos mesmos, que passando a avaliar e financiar os cursos a partir do cumprimento de metas, estabelece uma competição entre eles.

²³ O número de estudos que demonstrem a evolução dos afastamentos dos docentes do ensino superior não é significativo. Temos muitos estudos voltados para profisses de nível fundamental e até médio.

²⁴ Em eu livro “Educação: carinho e trabalho. Burnout, a síndrome da desistência do educador” Codo (1999) fala sobre a Síndrome da Desistência, e coloca que ela implica em esgotamento emocional, atitudes negativas em relação com o trabalho e o não envolvimento pessoal com a atividade laboral.

Cabe destacar que não defendemos aqui que a educação fique a cargo do Estado, não é isto. Marx e Engels (s/d) no século XVIII já defendiam que se deve ter recursos públicos para a educação, capacitação dos docentes e conteúdos de ensino que garantam uma escola de qualidade. Querer uma educação a cargo do Estado é querer que a classe dominante se perpetue, bem como seus valores e sua ideologia, na medida em que o Estado é seu porta-voz. Não podemos também perder a perspectiva de que a educação é a ferramenta que pode levar o homem a desenvolver suas capacidades e seus talentos, não com vista ao mercado, mas sim de suas potencialidades humanas.

O que está em disputa na educação são projetos de sociedade. Um que defende os interesses do capital e outro voltado para a formação e o fortalecimento das classes que vivem do trabalho. O movimento dialético da realidade está a favor daqueles que querem frear a sanha capitalista. As crises recorrentes do capitalismo mostram que aquilo que o move num determinado momento pode paralisá-lo em outro, cabe identificar estas mediações.

A educação, assim como outras áreas na sociedade são espaços contraditórios de reprodução e contestação, nos quais há disputas e lutas e a possibilidade de construção de uma contra-hegemonia está colocada, a despeito de estarmos inseridos num momento no qual há o que Frigotto (2010b) chama de alto grau de cinismo e no qual há muitas possibilidades técnicas e tecnológicas e nenhuma vontade política.

Como tática de luta, não podemos negar os avanços tecnológicos e do conhecimento

alcançados a partir do capitalismo nem tomar os gestores do negócio como seres maquiavélicos ou simples vítimas do cenário global. As análises para identificar as condições presentes neste contexto devem perceber os que podem contribuir ou não para esta luta que busca submeter todos à lógica democrática e à esfera pública, única capaz de proporcionar e potencializar a solidariedade e a igualdade entre os homens, ou como afirma Iasi (2011), construir uma nova sociabilidade. Mas enquanto isto podemos até admitir que a Universidade sirva aos propósitos sócio-metabólicos do capital, mas não podemos permitir que ela seja tratada como uma mercadoria, como fala Iasi em um Debate ocorrido na UFRJ em 2011 para discutir o processo de mercantilização da universidade.

Referências

CARLOTTO, M. S. **A síndrome de Burnout e o trabalho docente**. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, vol.7, n. 1, jan/jun.2002. Disponível em

<<http://artigos.psicologado.com/psicopatologia/saude-mental/a-saude-em-questao-a-sindrome-de-burnout-e-o-trabalho-docente>> Acesso em 25/02/2012.

CASTRO, Maria Rosana de Oliveira. A Valorização Docente na Perspectiva Histórica e Atual. **Revista Virtual de Iniciação Acadêmica da UFPA**, 2001. Disponível em <<http://www.ufpa.br/revistaic>> Acesso em 24/02/2012.

CODO, W. **Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação**. Petrópolis: Vozes; Brasília: UnB/Psicologia do trabalho e CNTE, 1999.

DAHMER, Larissa. **Política Educacional Brasileira e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. RIO DE JANEIRO, 2007. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Tese (Doutorado em Serviço

O tempo do capital não pode se sobrepor aos tempos da Universidade conforme assegura Bianchetti e Amado in Fidalgo (2009) e, principalmente, se subsuma os tempos da vida. A luta dos docentes deve extrapolar os limites da educação, do ensino superior e da própria categoria, deve ser de toda classe que vive do trabalho. Devemos lutar pela construção de outra sociedade, na qual o trabalho volte a ser modo de encontrar a vida e não o sofrimento, a doença e a morte. Na qual educação proporcione acesso ao conhecimento, patrimônio da humanidade. E para que isto ocorra é necessária a superação da lógica e da sociabilidade capitalista. O conhecimento é patrimônio da humanidade e o acesso a ele deve ser franqueado a todos.

Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2007.

ESTEVE, J.M. Mudanças sociais e função docente. In: Nóvoa, A. (org.) **Profissão professor**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995.

FIDALGO, F. e FIDALGO, N. L. R. e OLIVEIRA, M. A. (orgs) **Intensificação do trabalho docente – Tecnologias e Produtividade**. Campinas: Papyrus, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez Editora, 2010a.

_____. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez Editora, 2010b.

GATTI, Bernadete A. (COORD.) E BARRETO, Elba S. de S. – **Professores do Brasil: Impasses e Desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LETTIERI, A. **A Fábrica e a Escola**. IN A. GORZ (ORG) Crítica da Divisão do Trabalho. SP: Martins Fontes, 1980.

MARX, Karl. **Obras escolhidas**. Vol. 2. São Paulo: Editora Alfa Omega, s/d.
HOLANDA, A. B. de. Minidicionário da Língua Portuguesa. RJ: Editora Nova Fronteira, 1993.

NÓVOA, A. **Os Professores na Virada do Milênio**: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. SP: Educação e Pesquisa, 1999.

OLIVEIRA, E.S.G. "**mal-estar docente**" como fenômeno da modernidade: os professores no país das maravilhas. Cien. Cogn., 7, 27-41, 2006. Disponível em <<http://www.cienciasecognicao.org>>. Acesso em 02/03/2012.

REVISTA DO SEMINÁRIO UFRJ EM DEBATE. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
SIQUEIRA, A. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. **Revista Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago 2004, Nº. 26. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a11.pdf>> Acesso em 01/03/2012.

UNESCO. **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos e Plano de Ação Para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em <http://www.mj.gov.br/sedh/edh/Declaracao_Mundial_sobre_Educacao_para_Todos.doc> Acesso em 24/02/2012

Artigo submetido em abril de 2012
Aceito em julho de 2012